

Instituto Germinare

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho Deliberativo e Diretoria do
Instituto Germinare
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Germinare (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Germinare em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

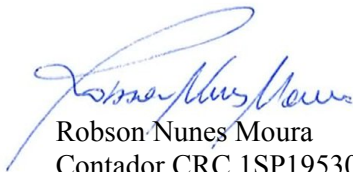
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração do Instituto, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Robson Nunes Moura
Contador CRC 1SP195308/O-7

Instituto Germinare

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	485.192	614.620	Fornecedores	7	207.658	119.144
Despesas antecipadas		-	7.800	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	969.330	850.499
Outros ativos circulantes		43.797	30.604	Outros passivos circulantes		1.616	70.629
Total do circulante		528.989	653.024	Total do circulante		1.178.604	1.040.272
Não circulante				Não circulante			
				Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	990.719	1.166.106
				Provisão para riscos processuais	9	-	78.489
				Total do não circulante		990.719	1.244.595
Imobilizado	5	10.202.385	10.393.461	Patrimônio líquido	10		
Intangível	6	80.953	92.183	Patrimônio social		8.425.196	8.635.993
				Fundo de reserva estatutária		217.808	217.808
Total do não circulante		10.283.338	10.485.644	Total do patrimônio líquido		8.643.004	8.853.801
Total do ativo		10.812.327	11.138.668	Total do passivo e patrimônio líquido		10.812.327	11.138.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Germinare

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida		<u>9.667.984</u>	<u>7.760.876</u>
Receitas com doações	11	<u>9.667.984</u>	<u>7.760.876</u>
Superávit bruto		<u>9.667.984</u>	<u>7.760.876</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	12	<u>(9.813.425)</u>	<u>(7.724.199)</u>
Resultado operacional		(9.813.425)	(7.724.199)
Receitas financeiras		-	26.369
Despesas financeiras		<u>(132.401)</u>	<u>(82.612)</u>
Resultado financeiro líquido	13	(132.401)	(56.243)
		<u>(9.945.826)</u>	<u>(7.780.442)</u>
Déficit do exercício		<u>(277.842)</u>	<u>(19.566)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Germinare

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Déficit do exercício	<u>(277.842)</u>	<u>(19.566)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(277.842)</u></u>	<u><u>(19.566)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Germinare

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Patrimônio social	Fundo de reserva estatutária	Déficit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	7.127.505	-	(535.977)	6.591.528
Transferência para o Patrimônio Social	(535.977)	-	535.977	-
Constituição do fundo de reserva	-	217.808	(217.808)	-
Superávit do exercício	-	-	4.356.152	4.356.152
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.655.560	217.808	-	8.873.368
Déficit do exercício	-	-	(19.567)	(19.567)
Absorção do déficit do exercício	(19.567)	-	19.567	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.635.993	217.808	-	8.853.801
Subvenções e doações patrimoniais	67.045	-	-	67.045
Déficit do exercício	-	-	(277.842)	(277.842)
Absorção do déficit do exercício	(277.842)	-	277.842	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.425.196	217.808	-	8.643.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Germinare

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
.Déficit do exercício	(277.842)	(19.567)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Provisão para riscos processuais	(78.489)	78.489
.Depreciação e amortização	331.420	373.483
	<u>(24.911)</u>	<u>432.405</u>
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(5.392)	(27.588)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	88.514	5.444
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(56.556)	165.889
Outros passivos circulantes e não circulantes	(69.013)	66.411
	<u>(67.358)</u>	<u>642.561</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
	<u>(67.358)</u>	<u>642.561</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições/Baixas no ativo imobilizado e intangível	(62.070)	(29.456)
	<u>(62.070)</u>	<u>(29.456)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	<u>(62.070)</u>	<u>(29.456)</u>
Variação líquida no exercício	(129.428)	613.105
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614.620	1.515
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>485.192</u>	<u>614.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Germinare

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Receitas		
Receitas com doações	<u>9.667.984</u>	<u>7.760.876</u>
	9.667.984	7.760.876
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(2.768.958)</u>	<u>(1.726.323)</u>
	(2.768.958)	(1.726.323)
Valor adicionado bruto	<u>6.899.026</u>	<u>6.034.553</u>
Depreciação e amortização	(331.420)	(373.483)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>6.567.606</u>	<u>5.661.070</u>
Valor recebido em transferencia		
Receitas financeiras	-	26.369
Valor adicionado total a distribuir	<u>6.567.606</u>	<u>5.687.439</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.126.006	3.165.464
Benefícios	1.276.791	1.279.891
FGTS	<u>308.875</u>	<u>247.878</u>
	5.711.672	4.693.233
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	966.647	988.022
Estaduais	<u>4.655</u>	<u>2.034</u>
	971.302	990.056
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	130.997	406
Aluguéis	31.477	23.311
Outras	-	-
	162.474	23.717
Remuneração de capitais próprios		
Déficit do exercício	<u>(277.842)</u>	<u>(19.567)</u>
	(277.842)	(19.567)
Valor adicionado distribuído	<u>6.567.606</u>	<u>5.687.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Germinare ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em 6 de janeiro de 2009, com objetivo de promover, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais. Nasceu com a missão de oferecer ensino diferenciado e de alta qualidade do 6º ano do Ensino Fundamental II até a 3ª série do Ensino Médio para formar de maneira prática e efetiva para o mercado de trabalho gestores em negócios com habilidades de liderança, orientação para resultados, visão sistêmica, capacidade de inovação e conduta ética. Além do ensino gratuito em período integral, os jovens recebem três refeições diárias, uniforme e material didático.

Durante o exercício de 2009 ocorreu a construção das instalações do Instituto, que iniciou as suas operações em 2010, contando neste ano com 180 alunos no 6º e 6º ano do Ensino Fundamental II, atingindo em 2014 um total de 462 alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II a 2ª série do Ensino Médio. Em 2015, o projeto concluirá o seu ciclo com a formação da primeira turma do Ensino Médio.

O Instituto poderá aceitar auxílios, doações, contribuições, subvenções, bem como poderá promover iniciativas conjuntas e poderá firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria e outros instrumentos jurídicos com organismos ou entidades públicas ou privadas, pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos, nem arrisquem sua independência.

O Patrimônio social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi doado pela sua mantenedora JBS S.A., outras empresas privadas e pessoas físicas. Desde sua constituição não houve auxílios e subvenções recebidos do poder público.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto Germinare, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 04 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - Imobilizado
- **Nota explicativa 9** - Provisão riscos processuais

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a. Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 5.

d. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

k. Demonstração do valor adicionado

O Instituto incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

l. Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (artigo 24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	6.394	-
Banco conta movimento	478.798	614.620
	485.192	614.620

5 Ativo imobilizado

		2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e construções	2%	9.411.530	(838.738)	8.572.792	8.917.310
Móveis e utensílios	7%	1.164.314	(338.224)	826.090	746.984
Máquinas e equipamentos de informática	5%	1.044.899	(404.425)	640.475	623.869
Instalações	4%	117.839	(21.211)	96.628	101.342
Equipamentos de comunicação	10%	5.322	(1.920)	3.402	3.956
Obras em andamento		63.000	-	63.000	-
		11.806.903	(1.604.516)	10.202.386	10.393.461

Movimentação do ativo imobilizado	2013	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2014
Edifícios e construções	8.917.310	-	(158.100)	-	(186.418)	8.572.792
Móveis e utensílios	746.984	12.495	151.600	-	(84.990)	826.089
Máquinas e equipamentos de informática	623.869	67.044	6.500	(8.593)	(48.346)	640.474
Instalações	101.342	-	-	-	(4.714)	96.628
Equipamentos de comunicação	3.956	-	-	-	(554)	3.402
Obras em andamento	-	63.000	-	-	-	63.000
	<u>10.393.461</u>	<u>142.539</u>	<u>-</u>	<u>(8.593)</u>	<u>(325.021)</u>	<u>10.202.386</u>

6 Intangível

	Taxas médias anuais de amortização	2014			2013
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	7%	<u>89.645</u>	<u>(8.692)</u>	<u>80.953</u>	<u>92.183</u>
		<u>89.645</u>	<u>(8.692)</u>	<u>80.953</u>	<u>92.183</u>

Movimentação do ativo intangível	2013	Adições	Baixas	Amortização	2014
Software	<u>92.183</u>	<u>3.540</u>	<u>(8.372)</u>	<u>(6.398)</u>	<u>80.953</u>
	<u>92.183</u>	<u>3.540</u>	<u>(8.372)</u>	<u>(6.398)</u>	<u>80.953</u>

7 Fornecedores

	2014	2013
Materiais e serviços	<u>207.658</u>	<u>119.144</u>
	<u>207.658</u>	<u>119.144</u>

8 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2014	2013
Salários e encargos Sociais	360.757	290.638
Provisões e encargos	190.735	181.082
PIS e COFINS a recolher	6.191	7.173
ISS a recolher	689	2.235
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	94.425	71.177
Contribuição social a recolher	146	603
Encargos Sociais Parcelados (1)	1.303.743	1.457.633
Outros	<u>3.363</u>	<u>6.064</u>
	<u>1.960.049</u>	<u>2.016.605</u>

	2014	2013
Desmembramento		
Passivo circulante	969.330	850.499
Passivo não circulante	990.719	1.166.106
	<u>1.960.049</u>	<u>2.016.605</u>

- (1) O Instituto Germinare possui em 31 de dezembro de 2014 tributos federais parcelados no valor de R\$ 1.303.743 (R\$ 1.457.633 em 31 de dezembro de 2013), decorrente de INSS Patronal não recolhidos do período de Março de 2010 à Dezembro de 2013 o qual mensalmente tem o valor de cada prestação acrescido dos juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), vencíveis de acordo com as datas a seguir:

	2014	2013
2014	-	291.527
2015 a 2016	638.568	583.053
2017 a 2019	665.175	583.053
	<u>1.303.743</u>	<u>1.457.633</u>

9 Provisão para riscos processuais

O Instituto no curso normal dos seus negócios, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, não foram identificadas processos com necessidade de provisão.

	2014	2013
Trabalhistas	<u>-</u>	<u>78.489</u>
Total	<u>-</u>	<u>78.489</u>

Movimentação das contingências

Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>78.489</u>
Reversões	<u>(78.489)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-

Durante o exercício de 2014 houve o encerramento de uma causa trabalhista no qual o Instituto obteve êxito e consequente reversão de R\$ 51.136,53 de provisões relativas a causa. Ainda em 2014 o Instituto reverteu o montante de R\$ 27.353 de processos cuja a probabilidade de perda foi alterada para possível segundo recomendação dos advogados internos.

Adicionalmente, o Instituto possui em ação de natureza trabalhista no montante de R\$ 53.488,89, em 31 de dezembro de 2014, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para o Instituidor, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

11 Receitas

	2014	2013
Pessoa Jurídica - Mantenedor	7.881.299	5.535.215
Pessoa Jurídica - Terceiros	1.324.141	2.174.041
Pessoa Física	160.645	-
Doações de serviços	162.712	-
Doações de produtos	123.987	-
Eventos	15.200	51.620,00
	<u>9.667.984</u>	<u>7.760.876</u>

12 Despesas administrativas e gerais

	2014	2013
Salários e encargos	(6.666.204)	(5.591.216)
Despesas com prestação de serviços	(1.464.724)	(817.310)
Material de uso e consumo	(1.112.898)	(666.572)
Depreciação e amortização	(331.421)	(373.483)
Manutenção e conservação	(104.796)	(104.774)
Feiras e eventos	(94.312)	(135.386)
Aluguéis de equipamentos	(31.477)	(23.311)
Despesas com taxas e anuidades	(7.593)	(12.147)
	<u>(9.813.425)</u>	<u>(7.724.199)</u>

13 Resultado financeiro líquido

	2014	2013
Receitas financeiras		
Juros ativos	-	19.158
Descontos financeiros obtidos	-	7.210
	<u>-</u>	<u>26.368</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(1.404)	(1.154)
Juros passivos	(130.997)	(81.458)
	<u>(132.401)</u>	<u>(82.612)</u>
	<u>(132.401)</u>	<u>(56.243)</u>

14 Recursos financeiros

Baseado no orçamento anual preparado pela Administração do Instituto Germinare, a mantenedora proverá através de doações, em bases mensais, os recursos necessários para a manutenção de suas atividades.

15 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, ao pessoal chave da administração, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

16 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizados mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam

substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

17 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014 o limite máximo indenizável de cobertura de seguros era de R\$ 11.229 mil relativo ao imóvel, máquinas, instalações e móveis.

18 Renúncia Fiscal

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 e 2013 caso as obrigações fossem devidas.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Instituto Germinare
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
Receita de doações e financeiras	9.667.984	7.780.034
ISS - 5%	483.399	389.002
Cofins - 3%	290.040	233.401
IR e CS (34% s/ superávit do exercício)	-	-
Total renúncia fiscal	<u>773.439</u>	<u>622.403</u>

Ressaltamos que trata-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

* * *

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

André Alcantara Ocampos
Contador
CRC 1SP212475/O-5